



CORTE REAL

Cooperativa de Solidariedade Social, C.R.L.

Dare Communitate

Relatório de Gestão

Ano 2025

Corte Real – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL
Registada na CRC Moita sob o n.º 507 106 148
Capital social: 6.000,00€
Sede: Parque de Empresas dos 4 Marcos – Edifício Tejo
2860-605 Moita
CAE principal: 88910
CAE secundários: 85100 e 85201

Índice

1	Introdução	4
2	Enquadramento da Atividade	6
3	Análise da Atividade e da Posição Financeira	7
i.	Principais Indicadores Financeiros	7
ii.	Evolução das vendas e das prestações de serviços	9
iii.	Estrutura de gastos	9
iv.	Resultado líquido e EBITDA	11
v.	Posição financeira (autonomia financeira e endividamento)	12
vi.	Estrutura do balanço	12
4	As nossas pessoas.....	12
5	A nossa gestão.....	14
	Organograma	14
6	Proposta de Aplicação de Resultados	14
7	Expetativas Futuras	15

1 Introdução

A Corte Real é uma Cooperativa de Solidariedade Social, com o NIPC 507106148, que foi constituída em 18 de Julho de 2005. A cooperativa tem atualmente a sede no Parque de Empresas dos 4 Marcos – Edifício Tejo, na Moita e tem como objetivo a promoção do apoio a crianças e jovens, pelo que a sua atividade principal é a prestação de serviços de cuidados para crianças s/ Alojamento, utilizando o CAE 88910.

De 2005 a 2009 a cooperativa Corte Real não registou qualquer atividade.

Em 2010, a cooperativa reiniciou a sua atividade em Setembro desse ano, através das Atividades de Enriquecimento Curricular, para alunos do 1º ciclo do ensino básico, em parceria com a Escola Técnica Profissional da Moita e os Agrupamentos de Escolas José Afonso e Fragata do Tejo, na Moita, envolvendo cerca de 800 crianças entre os 6 e os 10 anos de idade, através do ensino do Inglês, da Atividade Física e Desportiva e de Atividades Lúdico Expressivas, como a música, a expressão plástica e a expressão dramática.

Em 2012 a cooperativa Corte Real iniciou o investimento, apenas com recursos próprios para as obras de construção do seu equipamento social, tendo sido inaugurado em 1 de Outubro de 2012.

Este equipamento social veio dar resposta às enormes carências deste tipo de apoio no concelho da Moita, tendo sido autorizada a lotação de 168 crianças, 84 das quais para creche e 83 em pré-escolar.

Em 2013, o equipamento social teve ocupação de 100% das vagas de creche a partir de Setembro, enquanto no pré-escolar existiu uma ocupação de 74,6% das vagas.

No ano letivo de 2014/2015, foi possível expandir a atividade, iniciando também a oferta de 1.º ciclo do ensino básico, num edifício junto ao complexo da creche e do pré-escolar. Com este novo espaço, surgiu também um alargamento da oferta de pré-escolar, tendo esta valência aumentado a sua lotação para 105 vagas, com uma taxa de ocupação de 100%.

No ano letivo 2015/2016, foi possível constituir ainda mais um grupo de 1.º ciclo do ensino básico e mais um grupo de pré-escolar tendo sido a lotação aumentada nestas duas valências, para 128 crianças em pré-escolar e 41 crianças em 1.º ciclo do ensino básico.

Nesse ano letivo salienta-se a celebração de um acordo de cooperação com a segurança social, garantindo a comparticipação de 33 em 84 vagas da creche.

Em 2016/2017, a lotação foi novamente aumentada, tanto em pré-escolar como em 1º ciclo, para comportar o aumento do número de turmas nessas valências, conforme tabela infra.

Ainda nesse ano letivo, foi possível rever e aumentar o número de vagas comparticipadas na valência de creche, passando de 33 para 41 utentes com vaga comparticipada pelo ISS, IP.

No ano letivo 2018/2019 e face ao número de candidatos em lista de espera para a valência de creche e considerando que a taxa de cobertura para creches no concelho da Moita continua abaixo da média da AML (18,1% contra 34,2%), o Colégio Corte Real manifestou interesse e disponibilidade para concorrer a uma candidatura ao PDCT – Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da AML, para ampliação da sua creche. A candidatura então apresentada: “Requalificação e Ampliação da Creche em 36 vagas” em Janeiro/19 foi aprovada em Junho/2019, tendo a obra sido concluída a tempo do início do novo ano letivo.

Decorrente desta candidatura, o acordo de cooperação foi revisto em Dezembro/19, podendo apoiar 96 crianças e famílias nesta valência, através de vagas comparticipadas pelo ISS, I.P.

No início do ano de 2020, apresentámos uma candidatura ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais 2.0 para a construção de uma nova creche, no mesmo campus escolar que teve aprovação no final desse mesmo ano.

Decorrente da pandemia, o arranque desse projeto sofreu um atraso no seu início, mas à data do fecho das contas o novo edifício – Sado, encontra-se em funcionamento desde Setembro/2023 tendo recebido 92 crianças em creche e também permitindo a expansão do 2º ciclo do ensino básico para duas turmas, perspetivando-se a abertura do 3º ciclo do ensino básico em Setembro/2024, com o crescimento em mais uma turma.

A inauguração deste novo edifício, em Dezembro/23 contou com a presença da Sr.ª Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Dr.ª Ana Mendes Godinho, com a Sr.ª Diretora do Centro Distrital da Segurança Social de Setúbal, Dr.ª Luísa Malhó e com o Presidente da Câmara Municipal da Moita, Eng.º Carlos Albino.

Também nesse mês foi também assinado o acordo de cooperação para o financiamento destas vagas ora criadas, pelo que as famílias puderam passar a usufruir das medidas no âmbito do programa Creche Feliz, para crianças nascidas a partir de 1 de setembro de 2021.



Número de alunos inscritos por valência

N.º crianças a frequentar por valência	Creche	Pré-escolar	1.º Ciclo do Ensino Básico	2º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico	AEC
Lotação atual	220	250	198	56	84	n.a.
2013	84	59	-	-	-	143
2014	84	63	36	-	-	183
2015	84	128	54	-	-	266
2016	84	146	79	-	-	309
2017	84	148	84	-	-	316
2018	84	151	94	-	-	319

2019	120	126	111	-	-	357
2020	120	140	114	-	-	374
2021	120	165	114	-	-	399
2022	120	191	115	23	-	449
2023	220	213	118	43	-	594
2024	220	218	140	39	24	641
2025	220	236	155	47	47	705

2 Enquadramento da Atividade

Um dos grandes desafios para o projeto foi o facto de, no nosso plano de investimentos, não considerarmos qualquer apoio de entidades públicas ou privadas para a construção e instalação do imóvel e dos equipamentos da cooperativa, de forma a **canalizarmos todos os possíveis apoios para o fundamental: a prestação de serviços junto das crianças.**

Desta forma, o funcionamento da cooperativa Corte Real, CRL, apenas consegue ter sustentabilidade financeira através da prestação de um serviço em parceria com a Segurança Social, através de Acordo de Cooperação, face às características socioeconómicas do concelho onde se insere, Moita, **onde o rendimento disponível das famílias se apresenta como o mais baixo da Área Metropolitana de Lisboa (dados atualizados em Outubro/2015).**

O concelho da Moita, de acordo com os dados presentes na Carta Social da C.M. Moita, tem apenas 37,37% de cobertura em regime de educação pré-escolar, mas apesar de essa taxa ter sido melhorada nos últimos anos, a mesma continua abaixo dos 45%, pelo que com o investimento no programa “Creche Feliz”, verificou-se o alargamento da população a usufruir deste serviço, principalmente de agregados familiares com maior carência económica mas que a partir de Setembro/2024, muitas dessas crianças não terão vaga no ensino pré-escolar público nem rendimentos que permitam usufruir de uma vaga (privada) nos equipamentos em funcionamento sem acordo de cooperação.

A cooperativa Corte Real, numa perspetiva de diversificação da sua atividade mas também de criar respostas/soluções para problemas locais, apresentou ao ISS, no âmbito do PRR, uma candidatura para desenvolvimento de um projeto residencial para idosos – Corte Real Villas & Senior Residences, com capacidade para alojamento de 74 utentes e 60 em Serviço de Apoio Domiciliário, assim como um projeto de cariz inovador – Corte Real Collaborative Houses, para alojamento de famílias jovens, monoparentais ou idosos com autonomia em unidades autónomas T0, T1 e T2, até ao máximo de 52 utentes, em alojamento temporário ou permanente.



*Vista 3D da
Habitação
Colaborativa*

Os dois projetos obtiveram aprovação e os contratos de financiamento, que ascendem a mais de 4,6 milhões de euros foram já outorgados, estando a empreitada da Corte Real Villas & Senior Residences com uma execução física perto dos 90% à data do fecho das contas e a Habitação Colaborativa com uma execução física perto dos 40% à data do fecho das contas.

Estima-se a entrada em funcionamento no 2º semestre do ano 2026, com uma soft opening, para que seja possível o recrutamento de colaboradores e a sua formação *on job*, assim como a definição de procedimentos e rotinas numa valência totalmente nova.



Vista 3D - Edifício principal da Estrutura Residencial para a Pessoa Idosa

3 Análise da Atividade e da Posição Financeira

No exercício de 2025, onde a conjuntura internacional não tem sido a mais favorável em termos de estabilidade política, económica e social, verificou-se uma crescente procura pelas respostas sociais desenvolvidas pela cooperativa, com especial procura na nova valência do 3º ciclo do ensino básico, que teve início em Setembro/2024.

No período de 2025 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela cooperativa.

Principais Indicadores Financeiros

A informação financeira consolidada incluída no presente relatório foi extraída das Demonstrações Financeiras, preparadas de acordo com as normas em vigor.

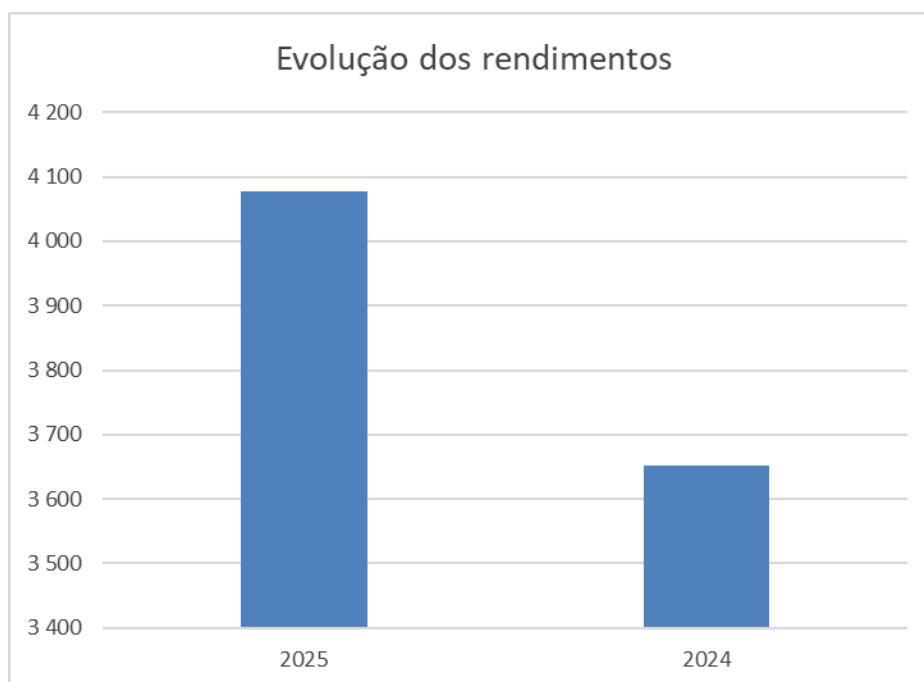
O volume de negócios registou uma evolução positiva significativa, na ordem dos 20,4%, para mais de dois milhões quatrocentos e setenta e um mil euros, superando quaisquer exercícios anteriores.

	2025	2024	Var. %
Pessoal			
Efetivos Médios no Ativo	114	103	10,87
Gastos c/ Pessoal (mil Euros)	(2 358)	(2 179)	8,21
Gastos c/ Pessoal p. capita (mil Euros)	(21)	(21)	(2,40)
VAB p. capita (mil Euros)	33	33	1,08

Desempenho Económico	2025	2024	Var. %
Volume de Negócios (mil Euros)	2 471	2 053	20,36
Gastos Operacionais (mil Euros)	(3 771)	(3 357)	12,32
Cash Flow Operacional (EBITDA)	444	411	8,01
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)	307	295	3,93
Resultado Líquido (mil Euros)	234	209	11,98
Balanço			
Ativo Total (mil Euros)	12 049	9 154	31,62
Capitais Próprios (mil Euros)	5 103	3 801	34,26
Capitais Alheios (mil Euros)	6 945	5 353	29,75
Indicadores			
Margem EBITDA (%)	17,96	20,01	(10,26)
Margem sobre Vendas (%)	91,09	90,46	0,70
ROI - Return on Investment (%)	0,03	0,03	(21,04)
ROE - Return on Equity (%)	0,05	0,06	(16,59)

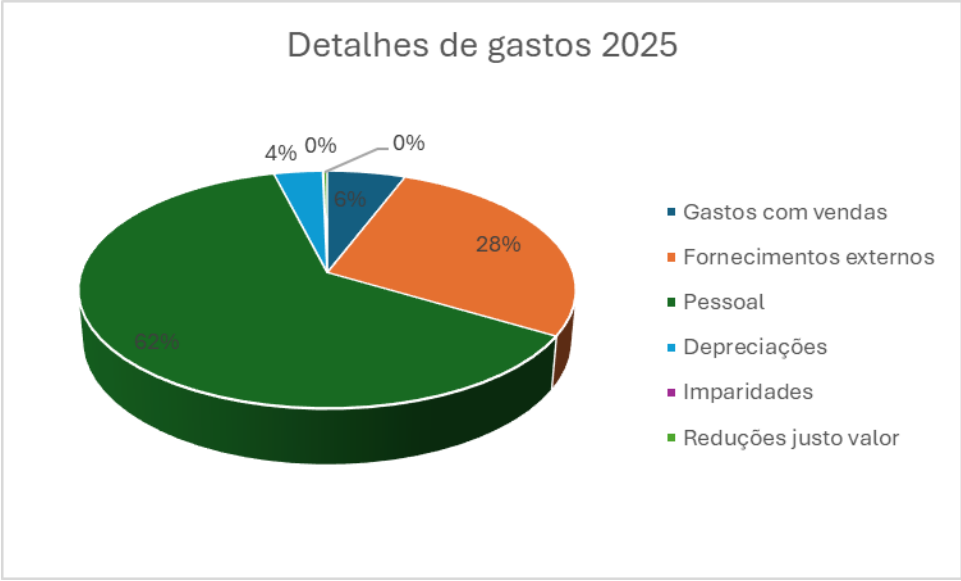
i. Evolução das vendas e das prestações de serviços

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura de rendimentos são apresentadas nos gráficos seguintes.

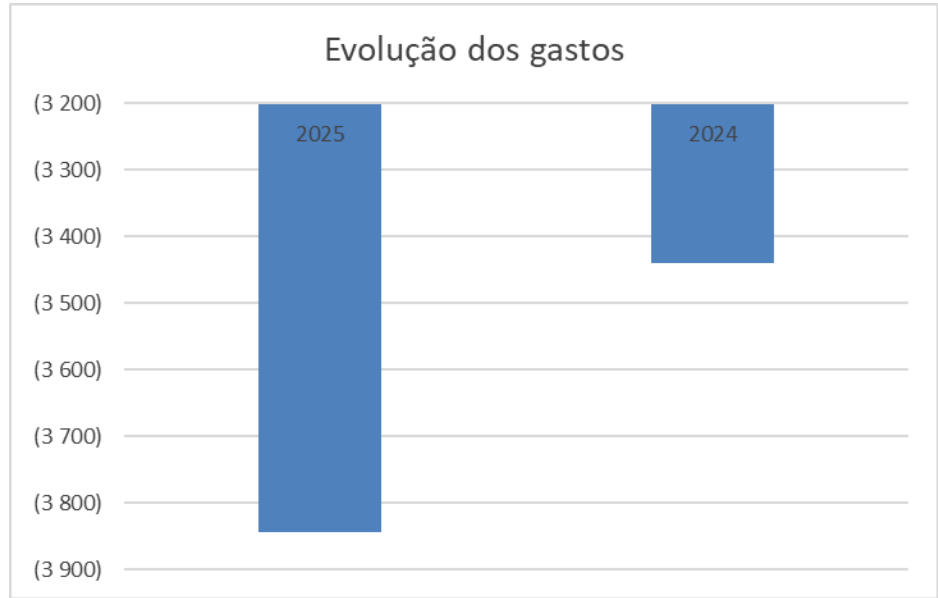


ii. Estrutura de gastos

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua evolução, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:



Detalhe de gastos	2025	2024	Var. %
Gastos das vendas	(220 121)	(195 926)	12,35
Fornecimentos externos	(1 042 930)	(831 383)	25,45
Pessoal	(2 357 860)	(2 178 953)	8,21
Depreciações	(137 056)	(115 743)	18,41
Reduções justo valor	-	(58)	-
Impostos	(2292)	(445)	414,43
Outros	(10536)	(9619)	9,52



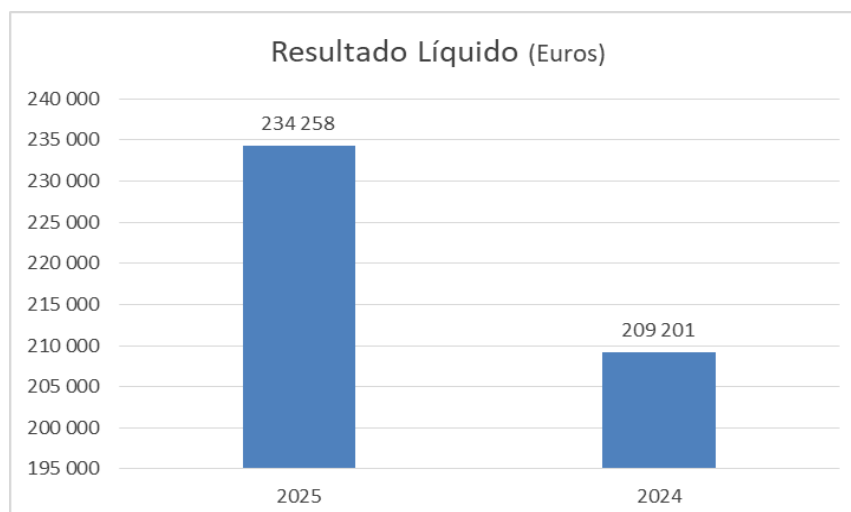
Resultados	2025	2024	Var. %
Operacionais	306 730	295140	3,93
Financeiros	(72 472)	(82 945)	(12,63)

Os resultados operacionais tiveram um aumento de quase 4%, para 306 730€, em 2025.

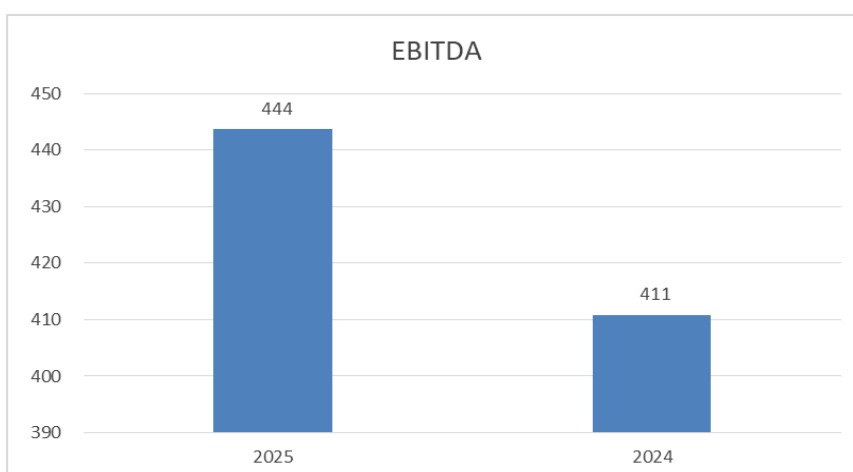
Quanto aos resultados financeiros, que representam na sua maioria os gastos com a necessidade de financiamento da atividade, sofreram um decréscimo na ordem dos dez mil euros, para os 72 472 euros, contemplando já as necessidades de financiamento para o novo Edifício Sado, em pleno funcionamento, bem como para os projetos em execução da ERPI e da Habitação Colaborativa, bem como a renovação da carrinha de transporte de crianças.

iii. Resultado líquido e EBITDA

Conforme gráfico infra, verifica-se que no período económico em apreço, a entidade apresentou um valor de resultado líquido de 234.258€, que representa uma variação de 11,98%.



No que concerne o cash-flow operacional (EBITDA) o mesmo sofreu um aumento em 8,01%, conforme se verifica no gráfico infra.



iv. Posição financeira (autonomia financeira e endividamento)

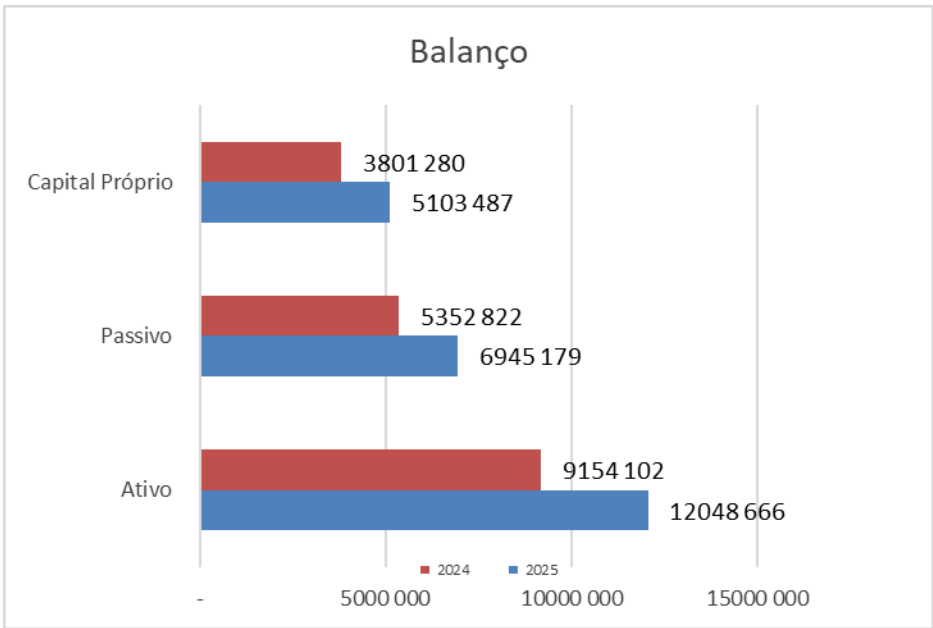
Situação Financeira

A situação financeira da sociedade evoluiu da forma seguinte:

	2025	2024	Var. %
Solvabilidade			
Capital Próprio / Passivo	73,5	71,0	3,5
Endividamento			
Passivo / Capital Próprio	136,1	140,8	(3,4)
Autonomia Financeira			
Capital Próprio / Ativo	42,4	41,5	2,0

v. Estrutura do balanço

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço, onde se regista uma evolução muito positiva no capital próprio e no ativo:



Balanço	2025	2024	Var. %
Ativo	12 048 666	9 154 102	31,6
Passivo	6 945 179	5 352 822	29,7
Capital Próprio	5 103 487	3 801 280	34,3

4 As nossas pessoas

Na Corte Real – Cooperativa de Solidariedade Social, C.R.L., o nosso maior recurso são as pessoas. Salienta-se que 53% dos nossos colaboradores têm o ensino superior, pelo que é também a rubrica com maior peso no nosso orçamento e contas anuais, tendo-se registado um aumento nos gastos na ordem dos 28% em relação ao ano anterior. Este aumento corresponde,

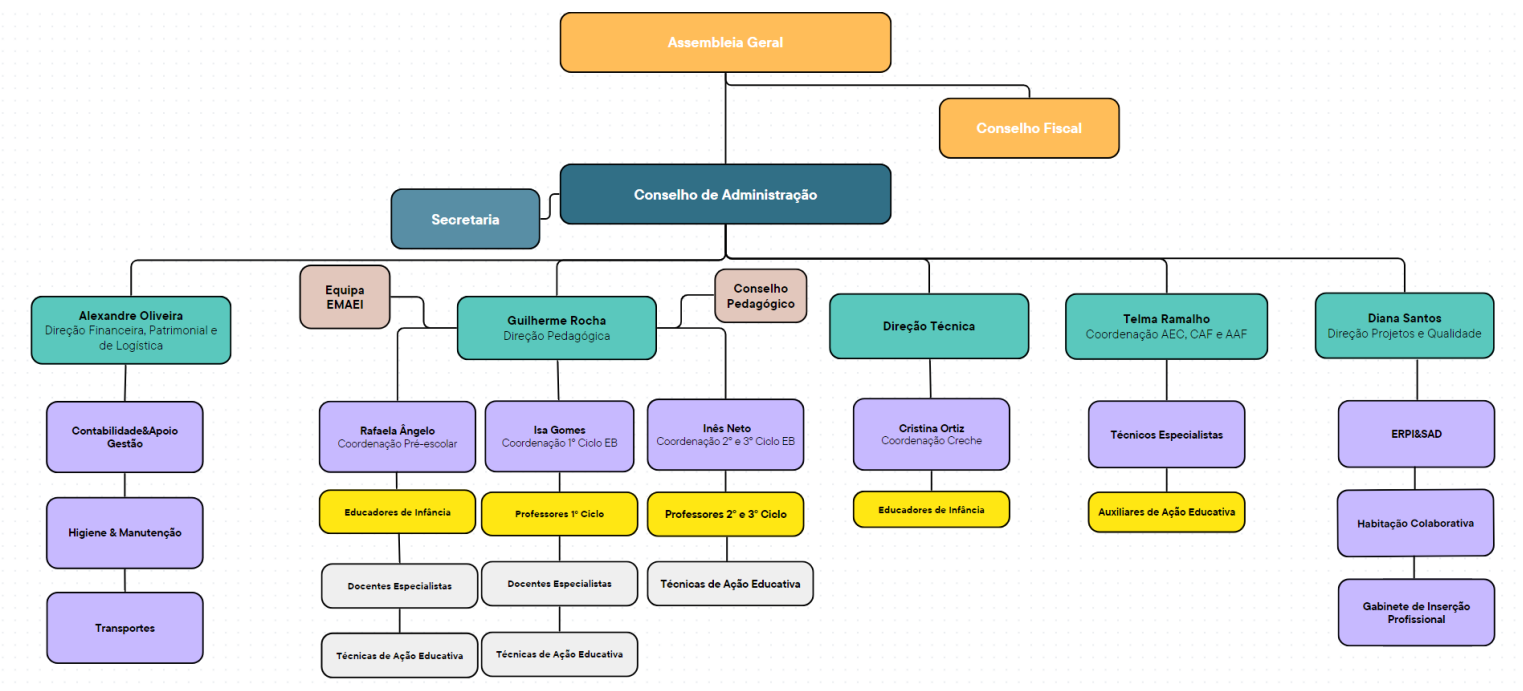
fundamentalmente, à contratação de mais 17 elementos em final de agosto/início de setembro para a abertura de novas turmas.

Com uma média etária de 40 anos, tivemos em média 114 colaboradores ao serviço neste ano que demonstraram resiliência, vontade de inovar e desejo de aprender.



5 A nossa gestão

Organograma



6 Proposta de Aplicação de Resultados

A Corte Real – Cooperativa de Solidariedade Social, C.R.L., no período económico findo em 31 de dezembro de 2025 realizou um resultado líquido de **234.257,96€**, pelo que se propõe transferir **11.712,90€** para Reserva Livre e os restantes **222.545,06€** serão transferidos para Resultados Transitados.

<i>Aplicação dos resultados</i>	<i>Reserva Livre</i>	<i>Resultados Transitados</i>
2025	11.712,90€	222.545,06€

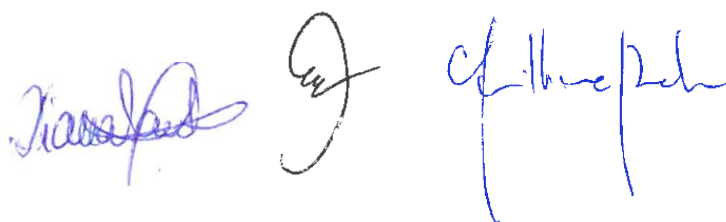
7 Expetativas Futuras

Tal como era nossa expetativa, o ano de 2025 reforçou o crescimento e a sustentabilidade da instituição, após a abertura de uma nova valência, o 3.º ciclo do ensino básico e o aumento em mais uma turma de 1.º ciclo do ensino básico.

Para o exercício de 2026 e tal como referido anteriormente, prevê-se a entrada em funcionamento, em regime de *soft opening*, a valência da Estrutura Residencial para a Pessoa Idosa, assim como o projeto da Habitação Colaborativa, pelo que os próximos anos continuarão a ser de crescimento e diversificação das atividades prestadas.

Moita, 31 de março de 2026

O Conselho de Administração,

Three handwritten signatures in blue ink, likely representing members of the Board of Administration.

Corte Real – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2025

31 de março de 2026

*(O presente documento inclui os elementos definidos pela portaria n.º 104/2011, de 14 de março –
1.ª Série - n.º 51)*

Corte Real – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL
Registada na CRC Moita sob o n.º 507 106 148
Capital social: 6.000,00€
Sede: Parque de Empresas dos 4 Marcos – Edifício Tejo
2860-402 Moita
CAE principal: 88910
CAE secundários: 85100 e 85201

ÍNDICE

ÍNDICE.....	2
Balanço	3
Demonstração de Resultados por Naturezas.....	4
Demonstração Fluxos de Caixa	5
Demonstração individual das alterações no capital próprio nos períodos 2024 e 2025	6
NOTA INTRODUTÓRIA.....	8
NOTA 1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	8
NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	9
NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS..	13
NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	13
NOTA 6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	13
NOTA 7. ATIVOS INTANGÍVEIS	13
NOTA 8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS.....	14
NOTA 9. GASTOS COM DEPRECIAÇÕES	14
NOTA 10. RENDIMENTOS	15
NOTA 11. SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO.....	15
NOTA 12. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	15
NOTA 13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	16
NOTA 14. CLIENTES.....	16
NOTA 15. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	16
NOTA 16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	17
NOTA 17. OUTROS GASTOS E PERDAS	17
NOTA 18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	17
NOTA 19. GASTOS COM PESSOAL	18
NOTA 20. DIFERIMENTOS.....	18
NOTA 21. CAPITAL PRÓPRIO	19
NOTA 22. RESERVAS	19
NOTA 23. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	19
NOTA 24. CAPITAL SOCIAL REALIZADO	18
Nota 25. sócios/cooperantes	20
Nota 26. adiantamentos de clientes	20
Nota 27. FORNECEDORES e adiantamentos a fornecedores.....	20
Nota 28. Existências.....	21
NOTA 29. Financiamento bancário.....	21
Nota 30. Gastos Líquidos de Financiamento	21
NOTA 31. Disponibilidades	21
NOTA 32. Excedentes de Revalorização.....	22
Nota 33. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	22

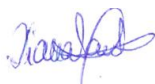
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Balanço

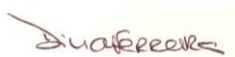
Balanço individual em 31 de dezembro de 2025

	Notas	2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	5 744 540,44	3 817 057,18
Propriedades de investimento	6	2 702,50	2 702,50
Ativos intangíveis	7	1 554 413,86	1 570 163,86
Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	8	1 300 647,74	1 046 426,24
Outros ativos financeiros	8	15 703,87	15 208,04
		8 618 008,41	6 451 557,82
Ativo corrente			
Clientes	14	240 272,46	175 604,52
Adiantamentos a fornecedores	27	109 938,85	48 953,85
Estado e outros entes públicos	18	118 957,19	19 457,35
Outros créditos a receber	15	2 886 193,46	2 399 171,19
Diferimentos	20	24 434,55	19 496,70
Ativos financeiros detidos para negociação	15	3 300,73	3 158,70
Caixa e depósitos bancários	31	47 560,34	36 701,80
		3 430 657,58	2 702 544,11
Total do ativo		12 048 665,99	9 154 101,93
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	21, 24	6 000,00	6 000,00
Reservas legais	22	9 076,37	9 076,37
Outras reservas	22	36 409,79	36 409,79
Resultados transitados	21	379 489,03	186 095,55
Ajustamentos em Ativos financeiros	8	385 140,29	221 642,78
Excedentes de Revalorização	32	50 000,00	50 000,00
Outras variações de Fundos Patrimoniais	23	4 003 113,46	3 082 854,66
Resultado líquido do período	21	234 257,96	209 201,06
Total do capital próprio		5 103 486,90	3 801 280,21
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	29	816 854,08	799 428,03
		816 854,08	799 428,03
Passivo corrente			
Fornecedores	27	240 066,88	300 542,15
Adiantamentos de clientes	26	0,00	2 296,80
Estado e outros entes públicos	18	233 916,66	258 868,51
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	25	17 030,62	17 050,19
Financiamentos obtidos	29	339 569,74	243 273,74
Outras dívidas a pagar	15	3 921 606,38	3 705 808,10
Diferimentos	20	1 376 134,73	25 554,20
		6 128 325,01	4 553 393,69
Total do passivo		6 945 179,09	5 352 821,72
Total do capital próprio e do passivo		12 048 665,99	9 154 101,93

A Direção



A Contabilista Certificada:



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

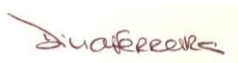
Demonstração de Resultados por Naturezas

	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados	10	2 471 274,04	2 053 286,73
Subsídios à exploração	11	1 432 718,38	1 314 115,20
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendim. conjuntos	12	90 723,99	195 064,35
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	28	(220 121,31)	(195 926,24)
Fornecimentos e serviços externos	16	(1 042 930,35)	(831 383,46)
Gastos com o pessoal	19	(2 357 860,33)	(2 178 953,14)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	(24 984,92)
Aumentos/reduções de justo valor	12	0,00	(58,33)
Outros rendimentos e ganhos	12	82 809,37	89 787,17
Outros gastos e perdas	17	(12 827,18)	(10 064,93)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		443 786,61	410 882,43
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	9	(137 056,26)	(115 742,93)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		306 730,35	295 139,50
Juros e gastos similares suportados	30	(72 472,39)	(82 945,24)
Resultado antes de impostos		234 257,96	212 194,26
Imposto sobre o rendimento do período	13	0,00	(2 993,20)
Resultado líquido do período		234 257,96	209 201,06

A Direção



A Contabilista Certificada:



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Demonstração Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		UNIDADE MONETÁRIA (Euros)	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS 2025	2024
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes		4 156 055,79	3 431 567,45
Pagamentos a fornecedores		(1 347 134,24)	(1 199 344,02)
Pagamentos ao pessoal		(1 543 548,43)	(1 355 994,74)
Caixa gerada pelas operações		1 265 373,12	876 228,69
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(4 865,20)	2 276,12
Outros recebimentos/pagamentos		(601 398,11)	(496 099,38)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		659 109,81	382 405,43
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(987 713,83)	(1 680 961,84)
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos Financeiros		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		685 177,19	1 727 440,52
Juros e rendimentos similares		3 381,69	1 193,71
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(299 154,95)	47 672,39
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		312 000,00	161 000,00
Outras operações de financiamento		1 860 218,08	1 004 600,50
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(330 721,36)	(320 699,68)
Juros e gastos similares		(28 960,06)	(46 912,52)
Outras operações de financiamento		(2 161 490,95)	(1 324 597,56)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(348 954,29)	(526 609,26)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		11 000,57	(96 531,44)
Caixa e seus equivalentes no início do período		39 860,50	136 391,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período		50 861,07	39 860,50

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Demonstração individual das alterações no capital próprio nos períodos 2024 e 2025

	Euros								
DESCRIÇÃO	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO 2024	6 000	9 076	36 410	135 183	358 250	50 000	578 137	50 912	1 223 969
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Alterações de políticas contabilísticas					(136 607)				(136 607)
Ajustamentos por impostos diferidos							6 340		6 340
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-		50 912			2 498 377	(50 912)	2 498 377
	-	9 076	-	50 912	(136 607)	-	2 504 717	(50 912)	2 368 110
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								209 201	209 201
RESULTADO EXTENSIVO	-	9 076	-	50 912	(136 607)	-	2 504 717	158 289	2 577 312
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2024	6 000	9 076	36 410	186 096	221 643	50 000	3 082 855	209 201	3 801 280
POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO 2025	6 000	9 076	36 410	186 096	221 643	50 000	3 082 855	209 201	3 801 280
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Alterações de políticas contabilísticas					163 498				163 498
Ajustamentos por impostos diferidos							19 114		19 114
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-		193 393			901 145	(209 201)	885 338
	-	-	-	193 393	163 498	-	920 259	(209 201)	1 067 949
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								234 258	234 258
RESULTADO EXTENSIVO	-	-	-	193 393	163 498	-	920 259	25 057	1 302 207
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2025	6 000	9 076	36 410	379 489	385 140	50 000	4 003 113	234 258	5 103 487

Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2025

NOTA INTRODUTÓRIA**NOTA 1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE**

A Corte Real é uma Cooperativa de Solidariedade Social, com o NIPC 507106148, foi constituída em 18 de julho de 2005. A cooperativa tem atualmente a sede no Parque de Empresas dos 4 Marcos – Edifício Tejo, na Moita e tem como objetivo a promoção do apoio a crianças e jovens, pelo que a sua atividade principal é a prestação de serviços de cuidados para crianças s/ Alojamento, utilizando o CAE 88910. No decorrer do ano de 2021 teve ao seu serviço em média 67 colaboradores.

De 2005 a 2009 o Colégio Corte Real não registou qualquer atividade.

Em 2010, o Colégio Corte Real iniciou a sua atividade em Setembro desse ano, através das Atividades de Enriquecimento Curricular, para alunos do 1º ciclo do ensino básico, em parceria com a Escola Técnica Profissional da Moita e os Agrupamentos de Escolas José Afonso e Fragata do Tejo, na Moita, envolvendo cerca de 800 crianças entre os 6 e os 10 anos de idade, através do ensino do Inglês, da Atividade Física e Desportiva e de Atividades Lúdico Expressivas, como a música, a expressão plástica e a expressão dramática.

Em 2012 o Colégio Corte Real iniciou o investimento, apenas com recursos próprios para as obras de construção do seu equipamento social, tendo sido inaugurado em 1 de outubro de 2012.

Este equipamento social veio dar resposta às enormes carências deste tipo de apoio no concelho da Moita, tendo sido autorizada a lotação de 168 crianças, 84 das quais para creche e 83 em pré-escolar.

Em 2013/14, o equipamento social teve ocupação de 100% das vagas de creche a partir de setembro, enquanto no pré-escolar existiu uma ocupação de 74,6% das vagas.

No ano letivo de 2014/2015, foi possível expandir a atividade, iniciando também a oferta de 1.º ciclo do ensino básico, num edifício junto ao complexo da creche e do pré-escolar. Com este novo espaço, surgiu também um alargamento da oferta de pré-escolar, tendo esta valência aumentado a sua lotação para 105 vagas, com uma taxa de ocupação de 100%.

Em outubro/2015 foi celebrado um acordo de cooperação típico com a Segurança Social, para a comparticipação de 33 vagas em creche, que de imediato foram ocupadas pelas famílias com mais baixo rendimento da creche.

Em novembro/2016, existiu uma revisão do número de vagas comparticipadas em creche, passando a ser 41 as crianças apoiadas mensalmente.

Em 2019, e fruto da ampliação da creche para 120 vagas, o acordo de cooperação sofreu uma nova revisão, passando para 96 crianças apoiadas mensalmente pelo ISS, IP.

Em 2023, fruto do novo acordo de cooperação para a nova creche, o número de vagas comparticipadas aumentou para os 220 utentes.

	2025	2024	Var. %
Desempenho Económico			
Volume de Negócios (mil Euros)	2 471	2 053	20,36
Gastos Operacionais (mil Euros)	(3 771)	(3 357)	12,32
Cash Flow Operacional (EBITDA)	444	411	8,01
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)	307	295	3,93
Resultado Líquido (mil Euros)	234	209	11,98
Balanço			
Ativo Total (mil Euros)	12 049	9 154	31,62
Capitais Próprios (mil Euros)	5 103	3 801	34,26
Capitais Alheios (mil Euros)	6 945	5 353	29,75
Indicadores			
Margem EBITDA (%)	17,96	20,01	(10,26)
Margem sobre Vendas (%)	91,09	90,46	0,70
ROI - Return on Investment (%)	0,03	0,03	(21,04)
ROE - Return on Equity (%)	0,05	0,06	(16,59)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística para Microentidades (NC-ME) aprovada pelo Decreto-Lei 36-A/2011 de 09 de Março, em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.

2.2 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

2.3 - As demonstrações financeiras de 2025 foram preparadas e aprovadas de modo que sejam comparáveis com as demonstrações financeiras de 2024.

NOTA 3.PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1 - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2 – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3 - CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro.

3.1.4 - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NC-ME. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6 - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NC-ME o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2 – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO**3.2.1. – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida. Os imóveis e outras propriedades de investimento que visam a obtenção de rendimento, através de arrendamento, estão classificados como ativos fixos tangíveis. Os terrenos e outras propriedades que foram adquiridas para revenda, e que no final do exercício económico ainda estão em nossa posse, foram classificados como existências.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas úteis estimadas:

<i>Edifícios e outras construções</i>	-	<i>50 anos</i>
<i>Equipamento básico</i>	-	<i>4 a 8 anos</i>
<i>Equipamento de transporte</i>	-	<i>4 a 5 anos</i>
<i>Equipamento administrativo</i>	-	<i>4 a 8 anos</i>
<i>Outros ativos fixos tangíveis</i>	-	<i>4 a 8 anos</i>

3.2.2 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

No ano em questão não foi apurado imposto sobre o rendimento.

3.2.3 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

3.2.4 – INVENTÁRIOS

Uma vez que os serviços de alimentação do Colégio são contratados a uma empresa externa, não existem matérias-primas e mercadorias em stock, pelo que não se verificam existências no final do ano.

3.2.5. – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor recuperável, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade);
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);
- Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas;
- Ativos e passivos financeiros detidos para negociação; e
- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos;
- Outros passivos financeiros;
- Contratos para contrair empréstimos.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

3.2.6. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**3.2.7 – SUBSÍDIOS**

Os subsídios recebidos por parte do Estado correspondem a candidaturas respeitantes a postos de trabalho criados e para os quais existiram medidas de apoio à contratação aprovadas junto do IEPF e à comparticipação financeira do ISS por 220 vagas de creche.

3.2.8. – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.2.9. – TRANSACÇÕES E MOEDA FUNCIONAL

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

3.2.10. – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregos classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações deve ser relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**4.1 – APLICAÇÃO INICIAL DA DISPOSIÇÃO DAS NC-ME COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adoção inicial da NC-ME.

4.2 – ALTERAÇÃO VOLUNTÁRIA EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR (SENDO IMPRATICÁVEL DETERMINAR A QUANTIA DE AJUSTAMENTO) OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS.

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

4.3 – ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM FUTUROS PERÍODOS.

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

4.4 – ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES

Não se verificaram quaisquer erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	Edifícios	Equipamento				Total
		Básico	Transporte	Administrativo	Outros	
Quantia escriturada bruta inicial	1 059 767,63	395 102,39	24 408,48	24 605,38	175 555,23	1 679 439,11
Da qual quantia despendida "Em Curso"	2 622 167,52	-	-	-	-	2 622 167,52
Depreciações acumuladas iniciais	(98 345,74)	(228 917,45)	(24 408,48)	(22 248,69)	(110 629,09)	(484 549,45)
Quantia escriturada líquida inicial	3 583 589,41	166 184,94	-	2 356,69	64 926,14	3 817 057,18
Adições						
Aquisições em 1ª mão	-	44 353,48	53 370,91	-	14 979,98	112 704,37
Dispêndios em curso	1 936 085,15	-	-	-	-	1 936 085,15
Outras	-	-	-	-	-	-

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Total das adições	1 936 085,15	44 353,48	53 370,91	-	14 979,98	2 048 789,52
Depreciações	(44 659,35)	(43 428,59)	(13 342,73)	(598,87)	(19 276,72)	(121 306,26)
Total das diminuições	(44 659,35)	(43 428,59)	(13 342,73)	(598,87)	(19 276,72)	(121 306,26)
Quantia escriturada líquida final	5 475 015,21	167 109,83	40 028,18	1 757,82	60 629,40	5 744 540,44

NOTA 6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	2024	Aquisições	2025
Propriedade de Investimento (Casa Família)	2 702,50	-	2 702,50
Total	2 702,50	-	2 702,50

A propriedade de investimento identificada acima corresponde a um investimento em curso decorrente da outorga de um contrato promessa de compra e de venda de um apartamento situado no Montijo que permitirá o acolhimento de jovens professores que serão integrados na instituição com vista ao projeto de implementação do 1.º ciclo do ensino básico.

NOTA 7. ATIVOS INTANGÍVEIS

No que concerne os ativos intangíveis, as rubricas com maior expressão correspondem ao direito de utilização da fração “C” (onde se encontra instalado o equipamento social de creche e de pré-escolar) e da fração “F”.

No ano de 2022 a Cooperativa celebrou com a Orsifor um novo contrato de arrendamento que originou um direito de utilização da fração “F” onde já está concluído o novo edifício onde funcionam as valências de 2º e 3º ciclos do ensino básico.

	Propriedade industrial	Direito de utilização	Outros	Total
Quantia inicial: com vida útil finita	131,82	375 000,00	1 268 969,54	1 644 101,36
Quantia inicial: com vida útil indefinida	-	-	-	-
Amortizações acumuladas iniciais	-	(73 937,50)	-	(73 937,50)
Quantia escriturada líquida inicial	131,82	301 062,50	1 268 969,54	1 570 163,86
Outras	-	-	-	-
Total das adições	-	-	-	-
Depreciações	-	(15 750,00)	-	(15 750,00)
Total das diminuições	-	(15 750,00)	-	(15 750,00)
Quantia escriturada líquida final	131,82	285 312,50	1 268 969,54	1 554 413,86

NOTA 8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Participações Financeiras	2025	2024
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	1 300 647,74	1 046 426,24
Participações financeiras - outros métodos	0,00	0,00
Total	1 300 647,74	1 046 426,24

Ajustamentos em Ativos Financeiros	2025	2024
Ajustamentos de Transição	385 140,29	221 642,78
Total	385 140,29	221 642,78

A participação de 200.000,00€ no capital da Orsifor, SA atinge os 20,20%, atualizou-se essa mesma participação utilizando o MEP valorizando assim a mesma através da proporção detida nos capitais da Orsifor, originando assim um ajustamento de transição nos Capitais Próprios.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

NOTA 9. GASTOS COM DEPRECIAÇÕES

A rubrica Gastos com Depreciações registou os seguintes movimentos em 2025 e 2024:

	2025			2024		
	Gastos	Reversão	Total	Gastos	Reversão	Total
Ativos Fixos Tangíveis						
Edifícios e Outras Construções	44 659,35	0,00	44 659,35	44 659,35	0,00	44 659,35
Equipamento Básico	43 428,59	0,00	43 428,59	38 981,59	0,00	38 981,59
Equipamento Transporte	13 342,73	0,00	13 342,73	0,00	0,00	0,00
Equipamento Administrativo	598,87	0,00	598,87	671,00	0,00	671,00
Outros Ativos Fixos Tangíveis	19 276,72	0,00	19 276,72	15 680,99	0,00	15 680,99
Subtotal	121 306,26	0,00	121 306,26	99 992,93	0,00	99 992,93
Ativos Intangíveis						
Direito de utilização Fração "C"	12 000,00	0,00	12 000,00	12 000,00	0,00	12 000,00
Direito de utilização Fração "F"	3 750,00	0,00	3 750,00	3 750,00	0,00	3 750,00
Subtotal	15 750,00	0,00	15 750,00	15 750,00	0,00	15 750,00
Total	137 056,26	0,00	137 056,26	87 243,59	0,00	87 243,59

NOTA 10. RENDIMENTOS

No decorrer do exercício económico de 2025, as prestações de serviços ascenderam a 2.374 mil euros, decorrentes das atividades de creche, pré-escolar, 1.º e 2º ciclo do ensino básico.

	2025			2024		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de bens	97 339,26	0,00	97 339,26	56 002,25	0,00	56 002,25
Prestações de serviços	2 373 934,78	0,00	2 373 934,78	1 997 284,48	0,00	1 997 284,48
Total	2 471 274,04	0,00	2 471 274,04	2 053 286,73	0,00	2 053 286,73

NOTA 11. SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO

No exercício de 2025 foram reconhecidos 1.432.718,38€ relativos a subsídios à exploração, dos quais 1.393.491,23€ correspondem ao apoio da comparticipação financeira de acordo de cooperação típico da creche, celebrado em outubro/2015 com o ISS, IP. Foram ainda reconhecidos outros apoios do IEFP no âmbito de candidaturas de estágios profissionais.

	2025				2024			
	Quantia reconhecida em resultados	Valor recebido	Por receber	Valor total do subsídio	Quantia reconhecida em resultados	Valor recebido	Por receber	Valor total do subsídio
GIP-IEFP	13 867,95	12 457,20	1 410,75	13 867,95	13 750,02	23 369,82	-9 619,80	13 750,02
Medida apoio Estágios-IEFP	24 359,20	24 359,20	0,00	24 359,20	118 130,10	131 042,55	-12 912,45	118 130,10
Acoop-ISS, IP-Centros Distritais	1 393 491,23	1 364 571,75	28 919,48	1 393 491,23	1 182 235,08	1 168 260,84	13 974,24	1 182 235,08
DGE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
C M Moita	1 000,00	1 000,00	0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 432 718,38	1 402 388,15	30 330,23	1 432 718,38	1 314 115,20	1 322 673,21	-8 558,01	1 314 115,20

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

NOTA 12. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Outros Rendimentos e Ganhos	2025	2024
Rendimentos Suplementares	34 485,43	31 013,84
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	668,44	421,23
Rendimentos e Ganhos nos restantes Ativos Financeiros	3 940,00	2 490,00
Outros Rendimentos e Ganhos	43 715,50	55 862,10
Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros	0,00	0,00
Total	82 809,37	89 787,17

NOTA 13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2022 a 2024 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Direção entende que as eventuais revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais aos exercícios de 2024 e anteriores, não produzirá efeitos materiais sobre as contas.

No ano em questão não foi apurado imposto sobre o rendimento.

NOTA 14. CLIENTES

A rubrica de clientes contemplava os seguintes saldos em dívida em 31 de dezembro de 2025:

	2025			2024		
	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia escriturada líquida
A receber						
<90 dias	265 257,38	-24 984,92	240 272,46	200 589,44	-24 984,92	175 604,52
90 - 180 dias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
180-360 dias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
>360 dias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	265 257,38	-24 984,92	240 272,46	200 589,44	-24 984,92	175 604,52

NOTA 15. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

À data de 31 de dezembro de 2025, regista-se o montante de 3 300,73€ respeitante a fundos de investimento e obrigações.

	Fundos Montepio Tesouraria	Caixa Sel Globe	Lisgarante	Total
Saldo (justo valor) a 1 de janeiro	0,00	2 458,70	700,00	3 158,70
Aquisições no período	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações no período	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação do Justo valor	0,00	142,03	0,00	142,03
Saldo a 31Dezembro	0,00	2 600,73	700,00	3 300,73

Nesta conta, a rubrica “Outros devedores” reporta-se sobretudo a valores de prestações de serviços por receber e montantes por receber devido a medidas de apoio à

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

contratação/encerramento da medida estágios do IEPF e do ISS referentes aos acordos de cooperação.

Salienta-se que na rubrica “Outros” que é a mais expressiva, temos os valores a receber das entidades IEPF, ISS, CMM e entidade relacionadas.

Ativo	2025	2024
Corrente		
Pessoal	21 511,46	17 697,96
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	252 000,00	390 483,46
	2 612	1 990
Outros	682,00	989,77
	2 886	2 399
Total	193,46	171,19

Quanto às “Outras contas a pagar”, as rubricas mais expressivas – Credores por acréscimos de gastos contempla 348 420,83€ devido à estimativa de remunerações a liquidar de subsídio de férias e férias a pagar em 2026 no valor de 304 893,05€ e 43 527,78€ de gastos do ano cuja fatura é do ano seguinte. A rubrica “Outros” o seu valor é basicamente constituído por empréstimos da participada Orsifor e adiantamentos da ISS relativos aos projetos “Residências Senior” e “Habitação Colaborativa”.

Passivo	2025	2024
Corrente		
Credores por acréscimos de gastos	348 420,83	336 563,56
Fornecedores de Investimentos	1 484 146,40	271 256,05
Outros	2 089 039,15	3 097 988,49
Total	3 921 606,38	3 705 808,10

NOTA 16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2025	2024
Serviços Especializados	526 358,99	450 317,14
Materiais	63 096,37	59 033,40
Energia e Fluídos	8 866,23	8 981,22
Deslocações, Estadas e Transportes	23 291,20	17 911,27
Serviços Diversos	421 317,56	295 140,43
Total	1 042 930,35	831 383,46

Quanto a serviços especializados, são aqui contabilizados os gastos com os honorários das atividades de complemento curriculares, gastos com técnicos especializados das atividades extracurriculares, bem como o serviço de refeições diário, lavandaria e as avenças de contabilidade e de serviços de higiene.

NOTA 17. OUTROS GASTOS E PERDAS

	2025	2024
Impostos	2 291,62	445,47
Dívidas Incobráveis	2 772,45	290,44
Outros Gastos e Perdas	7 763,11	9 329,02
Total	12 827,18	10 064,93

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

NOTA 18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	2025	2024
Activo		
Imposto s/ Rendimento	1 872,00	0,00
Imposto s/Valor Acrescentado	117 085,19	19 457,35
	118 957,19	19 457,35
Passivo		
Imposto s/ Rendimento	0,00	2 993,20
Retenção de Imposto s/ Rendimento	18 137,65	17 952,76
Contribuições p/ a Segurança Social	215 779,01	237 922,55
Total	233 916,66	258 868,51

O montante respeitante a Retenção de Imposto s/ Rendimento corresponde ao mês de dezembro.

Quanto à rubrica de Contribuições para a Segurança Social, ela é composta pelo montante de 72 178,06€ corresponde à TSU do mês de dezembro de 2025, montante esse que foi liquidado em 2026. Os restantes 102 176,85€ estão contemplados em planos prestacionais e 41 424,10€ representam o valor dos juros e custas inerentes a esses planos.

NOTA 19. GASTOS COM PESSOAL

A conta Gastos com Pessoal teve a seguinte composição no ano 2025:

Gastos com o pessoal	2025	2024
Remunerações dos Órgãos Sociais	25 000,00	22 700,00
Remunerações do Pessoal	1 827 126,69	1 685 084,63
Encargos sobre Remunerações	371 651,76	338 051,81
Seguros de Acidentes de Trabalho	17 349,99	14 747,36
Outros Gastos com o Pessoal	116 731,89	118 369,34
Total	2 357 860,33	2 178 953,14

Neste exercício, existiu um acréscimo de atividade, como tal, verificou-se um aumento do número de pessoas ao serviço. Importa salientar que o quadro de pessoal para o funcionamento da creche, jardim-de-infância e 1.º ciclo tem requisitos mínimos, conforme a nossa lotação e representa o nosso maior gasto em relação ao volume de negócios (95%).

NOTA 20. DIFERIMENTOS

A rubrica de diferimentos contempla fundamentalmente gastos a reconhecer respeitantes a seguros cujo prémio se encontra liquidado, mas que se reporta a um período posterior a 31 de dezembro de 2025, enquanto nos rendimentos a reconhecer em 2026 correspondem essencialmente a prestação de serviços do n/ equipamento social e rendimentos referentes aos estágios profissionais.

	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Seguros	15 648,72	7 679,64
Outros	8 785,83	11 817,06
Total	24 434,55	19 496,70

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Rendimentos a reconhecer

Prestação de serviços (Creche+JI+1º Ciclo)	1 434,53	1 195,00
Subsídio ISS	1 374 700,20	0,00
Estágios IEPF	0,00	24 359,20
Total	1 376 134,73	25 554,20

NOTA 21. CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos nas rubricas do capital próprio foram os seguintes:

DESCRIÇÃO	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Euros Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO 2025	6 000	9 076	36 410	186 096	221 643	50 000	3 082 855	209 201	3 801 280
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Alterações de políticas contabilísticas					163 498				163 497
Ajustamentos por impostos diferidos							19 114		19 114
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-		193 393			901 145	(209 201)	885 338
	-	-		193 393	163 498	-	920 259	(209 201)	1 067 949
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								234 258	234 258
RESULTADO EXTENSIVO	-	-		193 393	163 498	-	920 259	25 057	1 302 207
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2025	6 000	9 076	36 410	379 489	385 140	50 000	4 003 113	234 258	5 103 487

Neste exercício, foi apurado o resultado líquido positivo do período de 234 257,96€.

NOTA 22. RESERVAS

	2025	2024
Reserva Legal	9 076,37	9 076,37
Reserva Livre	6 090,33	6 090,33
Outras Reservas	30 319,46	30 319,46
Total	45 486,16	45 486,16

NOTA 23. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	2025	2024
Subsídios	2 717 869,38	1 797 610,58
Doações	1 285 244,08	1 285 244,08
Total	4 003 113,46	3 082 854,66

A rubrica subsídios sofreu um acréscimo relativamente ao ano transato devido aos reembolsos recebidos no âmbito do Projeto PRR-RE-C03-i01-02-000818.

NOTA 24. CAPITAL SOCIAL REALIZADO

O capital social realizado tem a seguinte constituição:

	2025		2024	
	Valor	%	Valor	%
Membros Efetivos	6 000,00	100,00%	6000,00	100,00%
Total	6 000,00	100,00%	6 000,00	100,00%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

NOTA 25. SÓCIOS/COOPERANTES

A conta de sócios no final do ano de 2025 apresenta um saldo credor devido a um empréstimo à cooperativa dos cooperantes Diana Santos e Alexandre Oliveira.

	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Ativo				
Sócios/Cooperantes	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Passivo				
Sócios/Cooperantes	0,00	17 030,62	0,00	17 050,19
Total	0,00	17 030,62	0,00	17 050,19

NOTA 26. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Esta rubrica apresenta os seguintes saldos:

	2025	2024
	0,00	2 296,80
Total	0,00	2 296,80

NOTA 27. FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2025, a rubrica de adiantamentos a fornecedores, totalizava o montante de 109 938,85€ que corresponde a adjudicações de serviços.

Quanto ao saldo de fornecedores contemplava os seguintes valores à data de 31 de dezembro de 2025:

	2025	2024
A pagar		
< 90 dias	240 066,88	300 542,15
90 - 180 dias	0,00	0,00
> 180 dias	0,00	0,00
Total	240 066,88	300 542,15

NOTA 28. EXISTÊNCIAS

	2024			2023		
	Mercadorias	Matérias-primas	Total	Mercadorias	Matérias-primas	Total
Inventários iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	65 563,18	154 558,13	220 121,31	44 458,94	151 467,30	195 926,24
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	65 563,18	154 558,13	220 121,31	44 458,94	151 467,30	195 926,24

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

No final do exercício não se verificaram existências nem de mercadorias nem de matérias-primas.

NOTA 29. FINANCIAMENTO BANCÁRIO

O financiamento bancário em 31 de dezembro de 2025 tinha a seguinte distribuição:

	2025	2024
Passivo Não Corrente		
Empréstimos Bancários	816 854,08	799 428,03
Locações	0,00	0,00
Subtotal	816 854,08	799 428,03
Passivo Corrente		
Descobertos Bancários	0,00	0,00
Empréstimos Bancários	339 569,74	243 273,74
Locações	0,00	0,00
Subtotal	339 569,74	243 273,74
Total	1 156 423,82	1 042 701,77

NOTA 30. GASTOS LÍQUIDOS DE FINANCIAMENTO

As contas que contemplam os gastos com financiamento tiveram a seguinte composição:

	2025	2024
Juros de Financiamentos Obtidos	55 257,49	65 583,25
Outros Gastos - Financiamentos	17 214,90	17 361,99
Total	72 472,39	82 945,24

NOTA 31. DISPONIBILIDADES

As disponibilidades de caixa e depósitos bancários, em 2025, apresentavam o saldo de 47 560,34€.

NOTA 32. EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

Procedeu-se em 2019 à revalorização do valor existente na rubrica obras em curso inerentes à requalificação da creche obtendo assim um excedente de revalorização no valor de 50.000,00€, o qual se mantém inalterado.

NOTA 33. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direção informa que a instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação da cooperativa Corte Real perante a Segurança Social se encontra regularizada, estando a ser cumpridos os planos prestacionais acordados.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Moita, 31 de março de 2026

A CONTABILISTA CERTIFICADA



A PRESIDENTE DA DIREÇÃO

